

Debaixo da cama

José Nêumane Pinto

Nos dias que antecederam a promulgação da nova Constituição, o **Diário Oficial da União** foi levado a produzir, num esforço extraordinário, edições fartas e volumosas contendo dispositivos, armadilhas e trapas, com as quais o Poder Executivo espera se prevenir para enfrentar a guerra do governo federal com o Congresso, sob a égide da nova Carta. Havia, como já era de se esperar, no meio de todos aqueles dispositivos, inúmeras nomeações de funcionários e outras tantas efetivações. No momento mesmo em que o jornal oficial circulava, o presidente da República confessava à Nação, em rede de rádio e televisão, que o inimigo mais renitente de sua administração era e continua sendo a febre inflacionária.

Os radicais adeptos da lógica poderão encontrar uma grossa contradição entre aquilo pregado pelo presidente diante de câmeras e microfones e o fervor com que ele mesmo usou a caneta na assinatura de decretos que comprometem ainda mais a capacidade do governo de gastar o dinheiro arrecadado do suado e dolorido esforço do contribuinte. Na verdade, porém, há um fio lógico entre o discurso e os decretos assinados pelo presidente. No discurso, o chefe do governo atribuiu à inflação a condição de inimigo e, portanto, excluiu a possibilidade de ela ser — como é — o resultado mais perverso da incapacidade da burocracia pública de conter sua cupidez em gastar. E foi com a inflação na trincheira oposta que, fechando os olhos, o presidente promoveu o festival de nomeações e efetivações, na véspera da instalação solene da nova ordem constitucional.

Obediente, aliás, a tal critério de lógica, subvertendo, é claro, qualquer conceito formal de lógica, o governo estimula projetos ambiciosos, como o Plano Real do deputado Osmundo Rebouças e do incorrigível economista Chico Lopes, ou os boatos de iminente queda dos ministros econômicos, caso não consigam reverter a tendência inflacionária, o mais tardar até o fim do ano. O governo esconde o inimigo debaixo de sua própria cama e, depois, sai a caçá-lo pelas ruas, como se desconhecesse sua vergonhosa condição de "coiteiro".

Bem alimentada, confortavelmente protegida de seu verdadeiro inimigo e única vítima, a sociedade, a inflação consegue, assim, escapar de quaisquer investidas. Na pretensão de que ninguém será capaz de descobrir sua condição de "coiteiro", o governo finge patrocinar algumas tentativas de caçada ao inimigo público número um. Assim é que pronuncia palavras de consolo ante iniciativas como a de Luís Antônio Medeiros e Albano Franco de tentarem, pela via do pacto social, uma solução capaz de debelar o incêndio inflacionário, mantendo ligadas as caldeiras do desenvolvimento econômico. Só que, evidentemente, as palavras de estímulo jamais poderão se transformar em adesão, mesmo sob condições. Assim, não há meios de o pacto social vingar. Sem o governo no acordo, seus signatários serão apenas patos, para usar a dura expressão popular e a singular pronúncia do presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção.

Quando exige de seus ministros econômicos soluções imediatas, sob pena de eles mesmos perderem suas cabeças, contando com a saída possível do choque, o presidente volta a manipular o perigoso instrumento da ilusão. O Cruzado e o Plano Bresser já mostraram que a anestesia só evita a dor e é incapaz de curar. Ainda assim, às voltas com os delírios de popularidade fácil, o Poder Executivo acredita ser possível conseguir esconder da sociedade a evidência de que a inflação é produzida, principalmente, pela incompetência e irresponsabilidade na autorização dos gastos públicos. O festival de decretos assinados nas vésperas

da promulgação do novo texto constitucional não deixa dúvidas quanto à falta de disposição política do governo de enfrentar a doença real por contar com falsas soluções demiúrgicas para curá-la. Essas soluções apenas combatem seus sintomas ou efeitos colaterais, mas têm o condão de iludir.

O Plano Real — mesmo se se deixar de lado o caráter circense de se adotar uma moeda do passado e, ainda mais, de cunho monárquico — faz parte de outro tipo de pantomima, a de se tentar inculpar remédios e enfermeiros pelo insucesso das terapias adotadas. Há uma convicção generalizada, entre os especialistas, de que a divulgação súbita de mais um projeto alucinado para tentar resolver a inflação atende apenas aos interesses dos defensores do fim da política de contenção, a duras penas sustentada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. A cabeça de Mailson, por mais privilegiada que seja, poderia até representar um custo baixo da eventual vitória na guerra permanente contra a inflação. O problema todo é que tal sacrifício se provaria logo vão e até perigoso, uma vez que o ministro da Fazenda tem mostrado ser o único membro do governo capaz de localizar o inimigo sob o calor de seus próprios lençóis.

Desindexar, congelar e limitar crédito ou emissão de moeda serão verbos e atitudes inócuos em qualquer programa sério de combate à inflação, se não houver uma profunda, radical e até mesmo cruel reforma na administração pública. O ex-ministro da Fazenda Delfim Netto tem insistido na necessidade de adoção de medidas drásticas e dramáticas, sem as quais a sangria inflacionária não poderá ser garroteada. O fato é que a burocracia federal é grande demais e excessivamente ineficaz. O déficit público gigantesco, o desperdício de recursos escassos de uma sociedade pobre e a emissão desenfreada de moeda são conseqüências da ineficiência da burocracia e matrizes do processo inflacionário.

Nesta mesma direção caminha outro ilustre economista da USP, que não pode ser acusado de nenhum tipo de cumplicidade com Delfim nem com outros economistas que participaram de governos montados no regime autoritário militar: o professor Roberto Macedo, diretor da Faculdade de Economia. Macedo tem divulgado um diagnóstico muito semelhante ao de Delfim, ao atribuir a inflação à desorganização dos negócios públicos. E sugere uma terapia semelhante. Em artigos e entrevistas, esse sério (talvez por isso mesmo pouco badalado) economista de primeira hora do PMDB propõe uma **perestroika** para a economia brasileira e utiliza a palavra russa em seu sentido de reestruturação, reorganização, reforma.

Trata-se de uma tarefa ingente. A se julgar pelo parco espírito público e pela limitada visão de estadista da maioria dos ocupantes de postos-chaves, seja no Poder Executivo, seja no Congresso Nacional, é possível se considerar a terapia, que aproxima Delfim de Macedo, até mesmo uma miragem. Ela é clara, translúcida, salta aos olhos até de burocratas inteligentes e poderosos, caso do ministro da Fazenda, mas se afasta cada vez mais de quem a vê, quanto mais se pensa que se aproxima dela. O governo — entendida a palavra em seu sentido amplo, abarcando Poder Executivo, Congresso e Justiça — não está disposto, politicamente, a dar agilidade e eficiência à máquina pública, pois, para isso, seria necessário secar as tetas inesgotáveis de sua generosíssima vaca. Com seu leite, aliás, se alimenta a inflação, debaixo da cama oficial e protegida da ira da sociedade, que não consegue entrar na alcova federal.

José Nêumane Pinto é editor de Política de O Estado de S. Paulo